

 <https://doi.org/10.20336/rbs.923>



Desafios na implementação do Plano de Manejo na Resex Marinha de Caeté-Taperaçu, Amazônia

Challenges in implementing the Management Plan in the Caeté-Taperaçu Marine Resex, Amazon

Desafíos en la implementación del Plan de Manejo en la Reserva Marina de Caeté-Taperaçu, Amazonas

Marcelo do Vale Oliveira * 

Ana Beatriz Guimarães Quadros ** 

Sebastiao Rodrigues da Silva Junior *** 

Roberta Sá Leitão Barboza **** 

RESUMO

O objetivo deste estudo foi compreender os desafios na implementação do Plano de Manejo, um dos dispositivos envolvidos na efetivação de um instrumento de política pública ambiental, no contexto da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, situada no município de Bragança, Pará. A abordagem teórica se pautou pela sociologia da ação pública. Este estudo faz um recorte temporal de 2011 a 2018. Foram entrevistados dez atores participantes desse processo. Os principais resultados observados se referem à gestão da Reserva que apresenta uma limitada participação da população envolvida. Concluimos que o Plano de Manejo precisa ser atualizado e incluir maior participação dos principais usuários, incorporando seus conhecimentos tradicionais.

Palavras-chave: implementação, plano de manejo, Resex Marinha, participação.

* Universidade Federal do Pará, Bragança, PA, Brasil.

Doutor em Sociologia (UFPA) e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA/UFPA).

** Universidade Federal do Pará, Bragança, PA, Brasil.

Graduanda no Curso de Licenciatura Plena em Letras-Língua Portuguesa (UFPA).

*** Universidade Federal do Pará, Bragança, PA, Brasil.

Doutor em Sociologia (UFPA). Professor Associado II da Faculdade de Educação do Campus de Bragança (UFPA). Professor do Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA)

**** Universidade Federal do Pará, Bragança, PA, Brasil.

Professora da Universidade Federal do Pará, atuando junto ao curso de graduação Bacharelado em Engenharia de Pesca e aos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares: Agrícoltas Amazônicas (PPGAAA), Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA) e Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA).

ABSTRACT

This study sought to understand the challenges in implementing the Management Plan, one of the instruments involved in the effective enforcement of an environmental public policy tool, in the context of the Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve, located in the municipality of Bragança, Pará. The theoretical approach was based on the sociology of public action. This study covers the period from 2011 to 2018. Ten actors involved in this process were interviewed. The main findings observed relate to the management of the Reserve, which shows limited participation from the involved population. We conclude that the Management Plan needs to be updated to include greater participation from the main users, incorporating their traditional knowledge.

Keywords: implementation, management plan, resex marine, participation

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue comprender los desafíos de la implementación del Plan de Manejo, uno de los dispositivos involucrados en la implementación de un instrumento de política pública ambiental, en el contexto de la Reserva Extractiva Marina de Caeté-Taperaçu, ubicada en el municipio de Bragança, Pará. El enfoque teórico se basó en la sociología de la acción pública. La investigación abarca el período de 2011 a 2018. Se entrevistaron a diez actores participantes de este proceso. Los principales resultados observados se refieren a la gestión de la reserva, la cual presenta limitada participación de la población involucrada. Concluimos que el Plan de Gestión necesita ser actualizado e incluir una mayor participación de los principales usuarios, incorporando sus conocimientos tradicionales.

Palabras clave: Implementación, Plan de Gestión, Resex Marine, Participación

Introdução

A região costeira do Estado do Pará, na Amazônia, é um dos locais abrangidos pela maior faixa contínua de manguezal do mundo, formando uma área de 7.591 km², equivalente a 56.6% dos manguezais do Brasil (Fernandes, 2005; Glaser, 2005; Nascimento *et al.*, 2013; Souza Filho, 2005). Essa região tem enfrentado a pressão da pesca em escalas maiores, inicialmente a partir do fomento da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) aos empresários da região sul na criação de um polo pesqueiro industrial em Icoaraci, Belém, nos anos 1980 (Mello, 1985) e posteriormente intensificada, a partir dos anos 1990, na região do município de Bragança (Maneschy, 1995).

Uma das formas institucionalizadas pelo Estado, resultado da pressão de diversos movimentos sociais (Arnt, 1994; Allegretti, 2002) para manutenção desse ecossistema, assim como das práticas e identidades dos povos tradicionais locais que o utilizam, foi a criação de várias unidades de conservação (UC). Esse processo, historicamente, ocorreu no início dos anos 1990 e, dentro dessa política, instituída via o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Brasil, 2002), foi implementada, no formato de reserva extrativista (Resex) marinha, a Caeté-Taperaçu, localizada em Bragança.

As Resex apresentam como instrumentos de gestão: o Plano de Utilização, o Conselho Deliberativo e o Plano de Manejo (PM). O Plano de Utilização (PU) constituiu o primeiro ordenamento de uso dos recursos naturais das Resex. O Plano de Manejo é o documento balizador do ordenamento territorial (Kasanoski, 2016, p. 78). O Conselho Deliberativo é um órgão colegiado composto por representantes da sociedade e dos órgãos públicos, com a finalidade de contribuir com o cumprimento dos objetivos da Resex (Abdala, Saraiva & Wesley, 2012).

Na Resex Marinha de Caeté-Taperaçu alguns estudos já foram realizados: a mobilização local realizada por diferentes instituições (Kasanoski, 2016; Oliveira, 2018; Nascimento, 2021), o Conselho Deliberativo (Silva Junior, 2013), o Plano de Manejo (Oliveira, 2018), o planejamento espacial (Borges *et al.*, 2020) e políticas públicas como o Programa Bolsa Verde (Kasanoski, 2016).

Oliveira (2018) analisou o Plano de Manejo, ressaltando, em um contexto de coparticipação, as relações entre os atores envolvidos, seus conhecimentos (tradicionais e científicos) e práticas, interesses, conflitos e acordos. O

autor também identificou os atores atuantes na implementação do PM, suas perspectivas e interesses; evidenciou a atuação da nova gestão do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) nesse processo e sua relação com os grupos de interesse dentro dessa unidade de conservação.

O presente texto tem como foco os desafios na implementação do PM da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu. O recorte temporal abrange o período de 2011 a 2018. Após exposição do objetivo, faz-se pertinente aqui apresentar o contexto em que vêm se dando os processos de uso e apropriação dos recursos pesqueiros dentro e em torno da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu para situar o leitor e evidenciar a multiplicidade de atores, seus interesses e relações sobre essa questão.

Nossa argumentação partiu de um contexto dinâmico no município de Bragança, onde nas quatro últimas décadas do século XX diversos aspectos proporcionaram maior pressão sobre o ecossistema de manguezal localizado na costa paraense, o que repercutiu na pesca de forma geral (Oliveira, 2013; Oliveira & Maneschy, 2014; Oliveira, 2018).

Também se destacam: a integração regional ocorrida com Belém com o advento da política desenvolvimentista dos governos militares brasileiros, via construção de malha rodoviária; a construção da PA-458, que interliga a sede do município e a praia de Ajuruteua passando por dentro do manguezal, alterando sua dinâmica ecológica e degradando parte dele; a valorização dos produtos oriundos do manguezal pelo mercado local, estadual e de outras regiões no Brasil; e a mobilidade de populações de pescadores, principalmente as vindas da região nordeste do Brasil para Bragança e que aqui também atuam na pesca, mas com outras perspectivas, tecnologias e técnicas.

A *ambientalização*¹ na região ocorreu com a organização de diferentes atores (extrativistas, instituições públicas, sociedade civil e políticos) em torno de algumas perspectivas de preservação e sustentabilidade do manguezal, que permeiam tanto a lógica capitalista quanto os saberes tradicionais dos povos locais relativos ao ecossistema local.

O instrumento Resex objetiva a preservação do manguezal e a manutenção dos modos de vida dos povos locais situados em sua abrangência e entorno.

¹ Conceito utilizado por Leite Lopes (2006); as principais características do início e consolidação do processo histórico de ambientalização são o uso da interdisciplinaridade em temáticas vinculadas a políticas públicas e instituições do Estado, tendo a abertura/conquista da participação de diferentes atores sociais, “desde empreendedores a populações vulneráveis ou sob risco”.

O modelo de gerenciamento dessa unidade é centrado no Conselho Deliberativo (CD), que trata das várias demandas e perspectivas em torno desse território abrangido, com um olhar interdisciplinar sobre as políticas, maior participação de diferentes atores nas discussões, contato mais direto junto ao Estado e a decisão sobre os territórios.

Conceitos de referência

A abordagem utilizada neste estudo é a sociologia da ação pública, com foco nas interações *bottom up*² (de baixo para cima) entre os atores coletivos e individuais envolvidos no processo de implementação do PM. Sua escolha se deve à multiplicidade de atores participantes desse processo.

A sociologia da ação pública evidencia a territorialidade para mostrar a pertinência de focar o “local” em um território enquanto referência à gestão de políticas públicas e sua importância na reprodução social dos atores envolvidos nesses processos (Teisserenc; Teisserenc, 2014). A partir da ambientalização e globalização, há a evidência de novas construções sociais sobre o ambiente e da relação entre ambiente e humanidade, ocorrendo descentralização de responsabilidades entre Estado e as coletividades territoriais, via processos de cogestão e participação, considerados inovações institucionais nesses contextos.

Esse quadro teórico é constituído ainda pelos conceitos de *ação pública* e *participação*. Ação pública, aqui baseada em Lascoumes e Le Galès (2012) e Teisserenc e Teisserenc (2014), enquanto uma forma de gerenciamento de política pública que busca a resolução de conflitos e interação entre diferentes grupos, podendo se tratar de autoridades públicas, políticos e atores da sociedade civil, mais ou menos organizados, com diversos interesses na gestão das políticas públicas. Participação, baseado em Avritzer (2008) e Gohn (2011), como diversidade de formas e desenhos de participação, tendo como pressuposto a variedade de instituições participativas, formada pela diferenciação na incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil para deliberações acerca de políticas públicas, construída via processos que pressupõem a partilha de poder, com a incorporação de diversos atores, regulamentada por lei.

² O conceito de *bottom up* parte da compreensão dos executores e beneficiários das políticas públicas em um processo de ação pública, evidenciando suas dinâmicas relacionais, os obstáculos do seu desenvolvimento, os instrumentos usados e a apropriação dos processos.

Procedimentos metodológicos

O lócus da pesquisa foi a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, localizada em Bragança, nordeste do estado do Pará, Amazônia Oriental. O Município possui área de 2.124,734 km² e dista 210 km de Belém, capital do Estado do Pará. É interligado a Belém pela BR-316 até o Km 160 e BR-308 até o Km 210. Sua população é de 123.082 habitantes (IBGE, 2010). Sua economia baseia-se, principalmente, na agricultura, pesca e outras atividades extrativistas.

A Resex é implementada através do decreto s/nº de 20 de maio de 2005. Seu território abrange uma área de 42.489,17 hectares, sendo 24 mil de manguezais (Domingues, 2008). Os interlocutores desta pesquisa foram os atores participantes do Conselho Deliberativo e pescadores artesanais das comunidades, cuja pesca artesanal é considerada a principal atividade produtiva: Bacuriteua, Acarajó, Castelo, Treme e Vila dos Pescadores. Sua escolha deu-se por serem morada dos interlocutores, que são usuários da Resex e participaram nos processos aqui discutidos.

O procedimento de pesquisa foi qualitativo, de acordo com Minayo (2004), para a coleta dos dados primários. As etapas da pesquisa foram: levantamento bibliográfico, pesquisa documental, pesquisa de campo e análise de dados. O levantamento bibliográfico foi realizado utilizando a literatura pertinente aos temas discutidos, principalmente utilizando autores com pesquisas no contexto estudado. A pesquisa documental refere-se à análise dos documentos jurídico-legais que normatizam os instrumentos colocados, como: as atas de reunião do CD, o documento final do PM da Resex Marinha e o SNUC, que regulamenta o PM e seu processo de implementação.

A pesquisa de campo ocorreu por entrevistas semiestruturadas (Manzini, 2012), realizadas no período de 2011 a 2016. Utilizamos um roteiro de entrevista e realizamos dez entrevistas com pescadores locais e com a gestora da Resex.

Por fim, na análise de dados (Duarte, 2002), identificamos padrões simbólicos, sistemas, e práticas, categorizamos os diferentes discursos e discutimos a partir da abordagem, conceitos e autores pertinentes.

Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu

Em Bragança, a criação de uma Unidade de Conservação no formato de uma Reserva Extrativista Marinha atendeu a demandas históricas da região bragantina por diferentes atores sociais e as comunidades tradicionais foram convencidas a aderir (Oliveira, 2018). Assim, essa mobilização se realizou via criação de necessidades por parte do Estado e de outros atores interessados na implementação do instrumento, para as comunidades.

A gente tem que olhar o que vem da comunidade e o que é posto de fora para a comunidade e criada a necessidade. Essa criação de reserva não veio da população em si, ela veio de decisões externas que começou a conversar com algumas lideranças. Essas lideranças olharam, digamos, as vantagens e a partir daí começaram a organizar suas comunidades, mas ela não partiu da comunidade. Esse encontro [Eneam] pra mim foi a base para a necessidade de se constituir a própria Resex (MG, Técnica, entrevistada em 03.06.2015).

Historicamente, o nordeste paraense tem seus recursos naturais explorados por grupos sociais com características de populações tradicionais, geralmente etnias indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas, e suas práticas representam baixo impacto sobre os estoques de recursos naturais, numa lógica de relação indissociada entre ser humano/cultura e natureza e a não perspectiva do lucro e da acumulação de capital (Maneschy, 2005; Oliveira, 2018; Oliveira & Maneschy, 2014).

Para Silva Júnior (2013), o crescimento do setor pesqueiro e a tendência ao uso de lógicas mais concatenadas ao capitalismo aparecem mais nítidas na década de 90 do século XX com a intensificação da chegada de imigrantes da região nordeste, principalmente, do Estado do Ceará.

Regionalmente, o processo mais significativo de ambientalização na Amazônia, que é a gênese das Reservas Extrativistas, é o movimento dos seringueiros no Estado do Acre (Almeida, 2004). De acordo com Oliveira (2018), é a partir do V Eneam³ que se consolidam as discussões em torno da criação da Resex e se inicia a mobilização entre diferentes atores (públicos

³ O V Encontro Nacional de Áreas de Manguezal, ocorrido em 1995. O encontro produz como ações: a educação ambiental dentro da UFPA; a inserção desses grupos de populações tradicionais nas discussões de temas voltados à sua realidade; a inserção do poder local nas discussões sobre o uso dos ecossistemas e o debate público em torno das Unidades de Conservação, culminando na mobilização para a criação de uma reserva extrativista.

de várias esferas, Igreja Católica, comunidades tradicionais, sociedade civil etc.) para a criação dessa UC.

Essa perspectiva de múltiplos atores operando as políticas públicas e a gestão do território dessa reserva tem sua concretude no Conselho Deliberativo e no Plano de Manejo, na Assuremacata, através de seus associados vinculados a polos e comitês, além de atores vinculados a ONGs e a entidades representativas dos extrativistas (Oliveira, 2018). Observamos, via funcionamento do CD, o reconhecimento de uma arena política com a manifestação de diferentes atores, inclusive aqueles historicamente aliçados de processos decisórios junto ao Estado, com possibilidade de demandar e participar de decisões referentes ao presente e futuro desse território.

Há diversidade nos interesses que os atores dos povos tradicionais locais afirmam representar, principalmente no âmbito do CD (Oliveira, 2018). E há o desafio de distinguir instrumentos e instituições, pois há grupos dentro da associação que instituíram/instituem disputas de poder, estimuladas por agentes externos vinculados ao poder local (principalmente partidos políticos e empresários do setor pesqueiro).

Quando começou a sair o crédito rural, alguns políticos levantaram a bandeira que o pessoal beneficiado não precisava pagar, que aquilo era fundo perdido, e isso até hoje as pessoas guardam, ou seja elas compraram a ideia interessante pra elas de que não precisa pagar, por conta disso o município está inadimplente desde 2009, não podemos fazer novos projetos, só fazemos manutenção. O Programa Bolsa Verde é a coisa mais furada que existe, ele é um recurso que vem para que as pessoas mantenham o ambiente com a qualidade que deve ter e eles não fazem, não existe preocupação com isso. A gente se perguntava dentro do conselho 'onde está o ponto que faz com que isso ocorra assim? É de cima pra baixo? É de baixo pra cima? (ME, Técnica, entrevistada em 02.03.2016).

Os interesses se centralizam nos recursos da União para as ações dentro da política pública de distribuição dos benefícios. Esses grupos externos à associação têm sua atenção chamada e tentam influenciar nas decisões gerenciais da associação, do CD e da Resex como um todo (Oliveira, 2018).

A Reserva foi criada pela comunidade que demandou, que lutou e você vê que funcionou, mas quando eles já estavam com a coisa toda pronta, individualizou e foi quando coincidiu com a vinda dos benefícios e se

desorganizou, começou a ter briga por poder, entre comunidades, você escutava contestações sobre benefícios ‘ah fulano não me disse isso. Não disse porque é pro pessoal de lá [de outra comunidade]’. E esse é o trabalho mais importante o da organização, se você não tem um grupo fortalecido, que caminha num mesmo sentido. Aí, você tem os problemas, não era uma questão de não ter divergências, isso é normal, mas estava tudo tão disperso (ME, Técnica, entrevistada em 02.03.2016).

Além da inserção de interesses meramente políticos na estrutura organizacional dos extrativistas, Kasanoski (2016, p. 99) aponta a incapacidade institucional para fiscalizações e a falta de mecanismos de controle dos instrumentos de gestão “implementados” como desafios e fragilidades presentes na Resex Marinha de Caeté-Taperaçu.

Perspectivas e a produção compartilhada do Plano de Manejo

A produção compartilhada do PM se deu a partir da participação dos mais diversos atores, de forma hierarquizada, restringindo principalmente os povos locais. Podemos considerar que nesse processo houve participação limitada de representantes da sociedade civil, incluídos no CD. Essa preocupação se relaciona com a possibilidade de maior inclusão na versão final do PM de construções sociais, perspectivas e demandas locais das comunidades na abrangência e no entorno da Reserva. O próprio Plano (Abdala *et al.*, 2012) explicita uma verticalização entre os conhecimentos (científicos e tradicionais) que se relacionam no âmbito do CD. Dessa forma, há escassa inclusão de conhecimento tradicional no documento final, com maior valorização da produção científica, de conceitos, análises, metodologias, coleta de dados a partir de um referencial científico/técnico, o que aparece como um empecilho na adesão à implementação pelas populações locais.

Esse fenômeno ocorreu via centralidade do Estado na figura do técnico do ICMBio como presidente do CD, o que, por si só, não pode ser visto de forma determinista. No entanto, de acordo com os discursos produzidos pelos mais diversos atores, além de a condução da produção compartilhada do PM apresentar verticalidade, as relações instituídas dentro do CD pautaram-se

pela hierarquia entre os conhecimentos colocados, tendendo à valorização da visão do conhecimento científico (Oliveira, 2018).

O tópico: “aspectos ambientais, diversidade de paisagens e ecossistemas”, incluso no PM, tem como objetivo caracterizar aspectos botânicos, a fauna aquática da região, as aves da região, os mamíferos e aspectos gerais do meio abiótico. É constituído somente por informações compiladas de pesquisas acadêmicas, com conhecimentos bem específicos sobre os ecossistemas abrangidos pela Resex, ou seja, são utilizados conceitos e perspectivas teóricas próprias do meio científico (Abdala *et al.*, 2012, p. 56) para conceituar a natureza e organização pesqueira na região. Os saberes tradicionais locais, que são complexos e que evidenciam os modos de vidas dessas populações, não estão presentes no documento, o que traz resistências à implementação do PM. De fato, é evidente a limitação da autonomia dos extrativistas no processo de elaboração e implementação dos instrumentos de gestão (Narahara, 2014) de uma Resex. Por outro lado, o PM aparece nos discursos dos técnicos como instrumento de gestão previsto na legislação que regula a UC, sendo legitimador da Caeté-Taperaçu (Oliveira, 2018).

Outro fenômeno, possivelmente advindo dessas contradições entre os diferentes conhecimentos, é a socialização do PM entre as populações tradicionais locais, que ainda necessita de efetividade, pois a linguagem e concepção técnica são distanciadas das perspectivas adotadas localmente pelos extrativistas, constituindo um obstáculo à compreensão, o que também influi em sua legitimidade e na adesão dos povos locais à implementação do PM. Assim, o processo de produção compartilhada poderia ter mais participação das comunidades, em um contexto de fragilidade da associação. Aqui, participação tem o sentido de maior abrangência das comunidades, de mais pessoas inseridas no processo e maior possibilidade de intervenção das pessoas que estavam presentes nas etapas realizadas. Como desdobramento, há distanciamento entre as populações locais e o PM em relação à possibilidade de demandar suas necessidades e direitos e esse distanciamento se traduz na quantidade de atores locais que afirmam terem lido o PM: dos dez entrevistados, dois espontaneamente dizem que leram (Oliveira, 2018).

A implementação do Plano de Manejo e seus desafios

Algumas das resistências que para nós constituem desafios à implementação foram citadas no tópico anterior. Focaremos a institucionalização das regras construídas no PM e as resistências e conflitos envolvendo alguns atores das comunidades na produção e implementação do Plano.

O processo de implementação ocorreu antes da finalização do Plano de Manejo propriamente dito, de forma concomitante à sua elaboração; como exemplo, a marcação dos limites territoriais da Resex. E, após a publicação do documento no Diário Oficial da União, houve uma ruptura na gestão do ICMBio, com a troca dos gestores da Resex, o que na prática constitui uma paralisação temporária dos processos dentro do CD.

Em sua história, a Resex Marinha de Caeté-Taperaçu teve dois técnicos do ICMBio responsáveis pela unidade.⁴ O primeiro participou de todo o processo de produção compartilhada do PM, sendo depois transferido para outra unidade em outro Estado. A segunda técnica assumiu o cargo sem ter tido nenhuma participação nesse processo, chegando já para implementar o PM. É necessário evidenciar, em ambas as gestões, o caráter técnico de suas atuações e a diferença na relação instituída com as populações locais. Nesse sentido, houve diferenças na atuação dos técnicos: a primeira gestão do ICMBio dentro da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu comporta o período de 2008 a 2013 e é apresentada pela maioria dos conselheiros que participaram do processo como uma atuação de proximidade, na qual os representantes tinham maior inserção, abertura nas discussões e com flexibilidade no momento de escolha da pauta a ser discutida nas reuniões deliberativas. O primeiro gestor se fazia presente nas comunidades, com escuta das demandas locais. Ele é visto pelos demais atores como alguém que experienciou o contexto local. Na comparação feita por esses mesmos

⁴ A partir de 2018 foi implementado o Núcleo de Gestão Integrado (NGI), um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial entre unidades de conservação federal (Tracuateua, no município homônimo, Caete-Taperaçu em Bragança, Arai-Peroba, em Augusto Correa e Gurupi-Piriá, em Viseu), integrando a gestão dessas unidades localizadas no estado do Pará, a partir de uma perspectiva regional, pela qual as prioridades de gestão nas UCs são revisadas e integradas com base em um novo planejamento territorial, de modo que as diferentes atividades gerenciais passaram a ser pensadas e executadas para todo o território das quatro Resex (Brasil, 2018). Assim o NGI passou a reunir os antigos chefes gestores de cada uma das Resex acima, exercendo funções em áreas temáticas diferenciadas – administração e logística; proteção (fiscalização, monitoramento e prevenção); gestão socioparticipativa (diálogo com as comunidades e os conselhos); pesquisa e monitoramento para todo esse território.

atores em relação à segunda gestão, foi construído um discurso de maior distanciamento da gestão na relação com as comunidades.

De acordo com a técnica da segunda gestão, o PM está sendo implementado aos poucos. Em pesquisas anteriores (Oliveira, 2018) sempre aparecem discursos ressaltando os desafios de continuidade das ações por questões de pessoal e de infraestrutura no ICMBio. Na recente conjuntura (2019-2022), em que houve um processo de desqualificação por parte do governo federal desse modelo de unidade de conservação entre outros interesses econômicos e políticos, a tendência é de que esses desafios se intensifiquem.

Historicamente, atores vinculados à Assuremacata tendencialmente dão mais ênfase às políticas públicas de benefícios sociais concedidos às populações tradicionais locais; e os atores ligados às instituições públicas, ao caráter jurídico-legal dos instrumentos postos.

[...] uma Reserva Extrativista é uma garantia. Eu vou bem assim na visão dos meninos que a gente trabalhou [com crianças estudantes no trabalho feito para a cartilha], eu acho que é simplória mas diz muito disso, é a garantia de futuro para eles [...] a Resex é uma área de produção, por isso a ideia da sustentabilidade [...] porque as pessoas moram nesse espaço que eles trabalham também, então existe uma busca, uma construção de identidade bem interessante, que às vezes pode não estar muito ligado com o trabalho na pesca, ser pescador, mas uma identidade com aquele espaço. [...] E, pra mim, é essa a garantia de futuro, e eu diria a garantia de um modelo diferenciado de vida (JG, Representante da Assuremacata, entrevistado em 25.05.2015).

Aqui tem questões muito intrincadas, uma é a questão da Assuremacata, que tá um negócio caótico, porque ela deveria ser o coração e o pulmão da reserva, ela deveria ser a grande integradora e disseminadora das ações. Aí, se transformou em uma troca de favores políticos, que só se preocupam com benefícios, que não se preocupam com os deveres, só com os direitos. Ainda tem aqueles protecionismos, paternalismo, 'porque é o meu parente' (NF Técnica, entrevistada em 03.06.2015).

A distribuição desses benefícios, que no contexto da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu aparece como a primeira grande ação percebida no conjunto de programas governamentais que acompanharam a institucionalização da reserva, perdeu força com a diminuição de orçamento destinado para esse fim. Os bens duráveis concedidos às famílias contempladas eram

eletrodomésticos, principalmente geladeira e fogão, como parte de um programa de fomento para os moradores. Nesse bojo, havia também uma política de regularização fundiária objetivando regularizar o uso das áreas ocupadas durante décadas pelas comunidades residentes, algumas com mais de 30 anos de existência, como o caso da Pontinha do Bacuriteua, onde famílias não possuíam direito legal sobre suas áreas e viviam em condições difíceis do ponto de vista material.

Houve, até o ano de 2013, principalmente, a inclusão dessas populações locais em políticas de assistência social e de combate à fome, como o programa Bolsa Família e o Bolsa Verde. A distribuição dos benefícios é ponto de conflito entre grupos internos à associação e algumas instituições públicas, como o ICMBio, e um dos desafios para o funcionamento esperado da associação e da reserva.

[Quais os principais desafios da Resex no tempo do Fernando?] Era manter sem briga as reuniões. Em todas nós brigamos. O pessoal dizia que o Fernando ficava do lado de um grupo, na verdade não ficava. Ele confrontou muitas vezes o que era o presidente da associação por conta dos deslizes. [Os conflitos eram motivados por quê?] Tipo, teu nome estava como beneficiário de uma casa e quando chega no Incra diz que seu nome foi substituído por outra pessoa que não tem nada a ver (MT, Membro da população tradicional, entrevistada em 27.04.2016).

A lógica de distribuição dos benefícios, a partir da perspectiva do Estado, construía-se na articulação com as ações de sustentabilidade e conservação dos recursos naturais da reserva, através da garantia do direito à habitação e dos subsídios como freezer, geladeira, fogão, com o objetivo de prover “qualidade de vida” para essas populações, em um sentido moderno do termo.

Nesse contexto de políticas públicas implementadas nesta UC, os atores entrevistados, tanto técnicos quanto “usuários/associados”, relataram, acerca da Assuremacata e seus problemas, questões relacionadas com disputas de poder interno na associação, que ainda perpassam pelos principais conflitos e desafios aqui analisados e contribuem para sua desmobilização.

O centro da luta da associação era pra estar trabalhando pro povo, defendendo direitos sociais, de educação ambiental, de preservar, de como tirar o sustento, do manejo, mas é que quando tu busca isso tu encontra uma parede, de concreto bem tecido, e tu procura saída, as

peças fecham, as pessoas não têm interesse nisso. A reserva foi criada com interesse político de todo mundo, tem também social, mas o forte era o político, almejar um cargo político, ajudar o partido político (NC, Técnico, entrevistado em 01.06.2016).

Existiam dois principais grupos interessados em gerenciar a associação e ambos contam com indivíduos vinculados e apoiados por partidos políticos, como um microcosmo da disputa local, sendo os mesmos partidos que disputaram a eleição municipal de 2012, ficando clara a existência de pressões externas no gerenciamento dos benefícios e fomentos de responsabilidade da Assuremacata.

Ainda em relação à distribuição dos benefícios, no período da segunda gestão da Assuremacata, 2009 a 2012, ocorreram conflitos entre instituições participantes do gerenciamento da reserva, especificamente entre ICMBio e Assuremacata. Principalmente acerca da escolha de empresas responsáveis pela construção de casas. Há uma perspectiva entre os entrevistados de que a maioria dos povos tradicionais locais desconhece a Unidade, seus limites territoriais, seus objetivos e sua natureza institucional. Esses entrevistados relacionaram a Resex em Bragança à distribuição de benefícios materiais. Portanto, um dos desdobramentos da distribuição desses benefícios pela Assuremacata são a produção e reprodução de discursos, por interesses sejam de gerência (CD), sejam de quem se beneficia da política, que confundem a instituição/instrumento Reserva Extrativista e a instituição Associação dos usuários. Uma das possibilidades de explicação desse fenômeno são os interesses e pressões externas de agentes do poder local de Bragança, sejam partidos políticos ou empresas, coadunados com interesses dos gerenciadores da associação (Oliveira, 2018).

[Como se deu o contexto político (partidarização) de elaboração do plano? Ele inicia em um governo municipal do PMDB e termina no do PT, isso influenciou?] Acho que influenciou de forma indireta, porque nessa transição de poder municipal, e com atuação inclusive de Deputado, começou a polarizar cada vez mais a base das lideranças, daquelas pessoas que frequentavam mais a Assuremacata, meio que isso quebrou e tá quebrado até hoje. Você passa na frente da Assuremacata e aquilo parece abandonado, não tem esse sentimento de ‘estamos fazendo isso, estamos cuidando’, sentimento de coletividade (DD, Técnico, entrevistado em 21.05.2015).

Outro problema apontado foi que o CD realizou poucas reuniões entre a saída do primeiro gestor e a entrada da segunda gestora, o que de certa forma dificultou a realização das ações na Unidade, incluindo o PM. Embora tenha ocorrido a renovação dos mandatos dos conselheiros, as reuniões, até o ano de 2018, ainda não haviam sido (re)iniciadas.

Dentro da dimensão do Estado, o ICMBio estava conseguindo mobilizar parcerias de algumas instituições, como: Prefeitura Municipal de Bragança, UFPA e IFPA, ONGs e o Conselho Pastoral da Pesca (CPP). Contudo, as comunidades, polos locais e a Assuremacata não estavam participando e sendo mobilizadas. Nesse sentido, a ação local não estava se dando com todos os atores participantes do PM e da Unidade, o que também limita a participação desses atores considerados mais locais e usuários.

O PM precisa ser atualizado. Por exemplo, acerca da necessidade de maior inserção de conhecimentos locais dos povos e atualização da literatura científica pertinente. Sob esta perspectiva, destacamos os importantes documentos produzidos nos espaços de debates dos povos extrativistas, que resultam muitas vezes em cartas e relatórios, como o I Fórum Paraense dos Tiradores de Caranguejo realizado em Bragança em junho de 2009, o Encontro Estadual de Extrativistas Costeiros e Marinhos do Estado do Pará, que aconteceu em São Caetano de Odivelas em junho de 2016, e o Seminário Nacional do Extrativismo Costeiro e Marinho, ocorrido em novembro de 2018, em Belém. Estes documentos apresentam importantes diretrizes para a gestão desses territórios e recursos pesqueiros, incluindo os direitos das comunidades extrativistas ao território, a melhoria das cadeias produtivas, as políticas públicas que atendem os extrativistas costeiros e marinhos, sua efetividade e condições para a implementação de novas ações de acordo com as realidades locais.

Há ainda, por parte das comunidades, o uso de instrumentos de pesca considerados predatórios pelo conhecimento científico, técnico e pela legislação em vigor à época, e que desrespeitam as regras deliberadas no acordo de gestão, dentro do PM. Os desdobramentos desse processo são construções de discursos e práticas entre grupos de pescadores que legitimam o não cumprimento de regras institucionalizadas via Estado, a partir da atuação dos atores econômicos da praia de Ajuruteua.⁵ Assim,

⁵ A praia de Ajuruteua se localiza a 36 km da sede do município de Bragança. É um complexo turístico com bares e hotéis, que está fora do território da Resex, mas que tem influência no ecossistema de manguezal e estuário do rio Caeté.

Se você faz uma coisa séria, o próprio pescador vai dizer “que adianta preservar se os caras estão sujando lá? adianta estar fazendo Plano de Manejo, eu [pescador] estar me privando das coisas se o cara [pousadas e barracas de Ajuruteua] continuar fazendo a mesma atividade e que vai afetar porque a maré, o regime de maré, é o mesmo pra todos, eu acho que isso é uma coisa que afeta também, porque eu tô me privando da minha prática, eu tenho que fazer outra coisa, eu tenho que obedecer as decisões, a espacialidade do território, do Plano de Manejo, mas em compensação o outro que tá bem ali, eu tô vendo ele ali, ele não faz isso”. Quer dizer, eu diria que o maior impacto ambiental advém de Ajuruteua propriamente, o impacto provocado pelo homem mesmo, nem vou dizer o natural, e os caras de Ajuruteua estão livres da necessidade de ter um Plano de Manejo (JG, Técnico, entrevistado em 25.05.2015).

O discurso acima reforça uma dificuldade de legitimação do PM e sua implementação, pois um dos locais que, na percepção dos usuários, mais contribui para a poluição dos ecossistemas presentes na Resex Caeté-Taperaçu não sofre fiscalização, controle e regramento como os pescadores são atingidos.

Há conflitos também entre comunidades próximas, Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio, mas que possuem atividades econômicas diferentes, do ponto de vista do território, das tecnologias empregadas, da escala do que é produzido e da mobilidade dos pescadores. Essas diferenças não são abarcadas de forma igualitária pelo PM, pois a territorialização é elemento fundamental em uma unidade de conservação, que influencia nos demais instrumentos implementados. Nesse sentido, o PM é limitado pela delimitação do território, englobando somente grupos de pescadores que atuam nesse território (Oliveira, 2018).

Em relação à rede de pesca, os tensionamentos eram acerca do tamanho da malha, pois a usada historicamente nessa região é considerada inadequada à luz da legislação utilizada no norteamento técnico (Oliveira, 2018). Assim, é proposto o aumento da malham e os atores participantes, principalmente representantes dos povos tradicionais locais, observaram a ocorrência de “muita discussão em cima disso, teve muitos que concordaram e muitos discordaram” (AA, entrevistado em 31.05.2016). Outro ator afirmou que “essa discussão começou, desde o início, sobre qual material usar, quantas braças, quantos metros de rede” (NC, entrevistado em 01.06.2016), mas, nesses casos específicos, acordos foram realizados a partir do reconhecimento desses

mesmos atores acerca da degradação que o uso dessa malha provocava nos pesqueiros. Por fim, houve consenso em torno da malha, pelo menos no nível do CD, mas resistência na implementação. Esse fato demonstra que a legislação norteadora das discussões das demandas e problemas locais não observa os interesses dessas populações e é descontextualizada da realidade (Oliveira, 2018), trazendo insatisfações de parte dos pescadores locais.

Alguns petrechos de pesca, em alguns momentos, muitas coisas que eram totalmente proibidas eram o que a ampla maioria ou que todo mundo utilizava, então realmente é uma adesão que vai muito mais devagar e que tem conflito e que é sempre difícil, isso são coisas que sempre existem e é aonde ocorre isso, é aonde são momentos que afetam diretamente o interesse de alguma pessoa, de uma instituição, que gera esse tipo de coisa, de quais passos seriam necessários e como, com qual apoio, com qual estrutura de divulgação, de tudo (FR, Técnico, entrevistado em 08.05.2015).

O uso de instrumentos pesqueiros proibidos surge a partir de fricções entre o tradicional e o moderno, quando há pressões por maior produtividade, por parte do mercado, dos consumidores, dos patrões e atravessadores, desdobrando-se no uso desses instrumentos, sob uma ótica diferente da que esses extrativistas possuíam, mais voltada ao autoconsumo e sem o aumento da produção voltada ao mercado. Há instrumentos que são usados historicamente na região, onde existe um sentido de tradição, experiência e um imaginário de infinidade dos recursos. A fiscalização não é efetiva e o caráter educacional do PM e sua socialização estão aquém do esperado. Parte significativa dos povos tradicionais locais ainda não o conhece e não pratica as regras instituídas no PM (Oliveira, 2018).

Além de conflitos acerca do regramento das tecnologias e técnicas utilizadas pelos extrativistas, de modo geral, parece não haver uma comunicação clara sobre o próprio propósito da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu (Partelow *et al.*, 2018). Para esses autores, houve três principais motivos para a dificuldade de circulação de informação na Resex: 1) apenas alguns indivíduos-chave, em geral as lideranças (acréscimo nosso), foram bem-informados sobre o propósito e as motivações para a implementação da Resex; 2) o ICMBio não tem recursos financeiros e humanos⁶ para

⁶ Esse fato se agravou bastante nos últimos anos, diante do desmonte das políticas ambientais efetivado pelo governo federal anterior (2019-2022), através de cortes no orçamento de órgãos como ICMBio e IBAMA.

desenvolver canais de comunicação, divulgar informações oficiais e formar líderes comunitários e 3) as dificuldades de acesso a todas as comunidades.

Esses fatos incidem no desconhecimento do PM por grande parte dos extrativistas e na dificuldade de compreender certos processos, como a implementação do PM. Por exemplo: no que diz respeito ao manejo da área da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu, um estudo sobre a percepção local quanto à efetividade do zoneamento desta Resex, realizado por Borges *et al.* (2021), observou que cerca de 85% dos participantes da pesquisa desconheciam as zonas⁷ estabelecidas pelo PM, sendo que apenas alguns acadêmicos e líderes comunitários estavam cientes da existência desse instrumento de gestão. Entretanto, nenhum dos entrevistados identificou as zonas no mapa. As autoras apontam que isto pode impedir/limitar a participação dos atores no processo de cogestão da Resex, uma vez que suas percepções espaciais acerca da Resex diferem daquelas das autoridades de gestão da área protegida e de sua representação em instrumentos jurídicos e reuniões formais de gestão ou investigação.

Consoante esta pesquisa, o único estudo no âmbito espacial encontrado para a Resex Marinha de Caeté-Taperaçu não menciona a conexão entre a pesca e o planejamento espacial, estando focado no turismo (Borges *et al.*, 2020). Diante de todo esse contexto encontrado, Borges *et al.* (2021) recomendam a adaptação de instrumentos legais para permitir a inclusão de representações territoriais mais diversas e ferramentas de gestão alternativas nas Resex.

Considerações finais

Neste estudo, através da abordagem da sociologia da ação pública, observamos de modo geral que, mesmo diante de um processo tão rico em aprendizados e baseado em conquistas socioambientais, ainda não foi possível romper com a hegemonia de interesses outros vinculados a uma racionalidade que não a ambiental na Resex Marinha de Caeté-Taperaçu. Apesar das inovações institucionais apresentadas nos contextos de unidades de conservação de uso sustentável, como as Resex, o caráter cientificista

⁷ Zonas da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu, a saber: zona populacional (0,16%), zona de recuperação (1,09%), zona de extrativismo extensivo (38,28%), zona de reserva comunitária (15,15%), zona prioritária para conservação (40,71%), zona prioritária para o turismo sustentável (4,59%) e a proposta de zona de amortecimento no entorno da Resex (Abdala *et al.*, 2012).

dominante (sobretudo pautado nas ciências naturais) e centralizado na figura do órgão ambiental (ICMBio) não viabilizou o exercício pleno das coletividades territoriais via processos de cogestão e participação no processo de organização e implementação dos instrumentos de gestão, em especial o Plano de Manejo.

Evidenciamos fragilidades e desafios na gestão da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu relacionados a disputas de poder na organização dos extrativistas com influência de agentes externos, à falta de recursos humanos no ICMBio, à fiscalização ineficiente e à falta de mecanismos de controle dos instrumentos de gestão que influem nos diversos processos existentes. Ocorreram ainda conflitos relacionados à distribuição de benefícios de políticas públicas entre os usuários da Resex e dificuldades no funcionamento do Conselho.

Em relação ao Plano de Manejo, verificamos que seu processo de construção, embora considerado participativo, apresentou envolvimento insuficiente da sociedade em geral, especialmente dos usuários da Resex, resultando numa verticalização dos conhecimentos com grande ênfase no conhecimento científico em referência ao conhecimento tradicional. Essa verticalização inclui a proibição de instrumentos de pesca tradicionais, resultando em algumas fricções. Além disso, o Plano de Manejo é pouco conhecido entre os extrativistas, incluindo as regras de uso e o zoneamento das áreas da Resex, apresenta linguagem e concepção técnicas, dificultando ainda mais sua compreensão, implementação e adoção, e precisa ser atualizado.

Diante de tudo que foi apresentado e discutido, recomendamos que a implementação do Plano de Manejo da Resex em foco seja constituída por amplos espaços de formação, tanto para as populações tradicionais lidarem com as políticas públicas, como para os gestores ambientais compreenderem o funcionamento dos mecanismos de gestão participativa. É importante também que os instrumentos de gestão estejam ancorados nos conhecimentos tradicionais dos principais usuários das Resex, reconheçam as demandas e discussões pautadas pelos movimentos sociais, através de documentos construídos coletivamente, e apresentem maior inclusão destes nos processos decisórios. Ainda, propomos a continuidade e divulgação de pesquisas que acompanhem a implementação e efetividade dos diversos instrumentos de gestão nessas áreas, a fim de possibilitar o aprendizado com as experiências analisadas.

Por fim, apesar das fragilidades identificadas, devemos reconhecer a capacidade de resistir, de inventar, de aprender dos segmentos sociais e o modo como as populações tradicionais em parceria com outros segmentos (ONGs, instituições de ensino e pesquisa, organismos do Estado), vêm conseguindo se impor, enfrentando forças políticas e econômicas que as negam, via adoção das referências da conservação ambiental. O movimento de resistência desses atores, mesmo em um cenário político tão negativo vivenciado nos últimos anos, com desmobilização e enfraquecimento das organizações sociais e dos órgãos ambientais e aumento da pressão dos mercados sobre a pesca artesanal, pode garantir a sobrevivência e reprodução social e cultural dos povos tradicionais costeiro-marinheiros. Diante dessa evidência é imprescindível a defesa desses territórios e maretórios, acrescida de ajustes aos processos de implementação de seus instrumentos de cogestão, como os recomendados acima.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Federal do Pará, a todos os docentes e discentes que participaram e contribuíram com essa pesquisa. Ainda no âmbito da Universidade, ressaltamos e agradecemos o apoio e financiamento da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propesp/Ufpa), que financiou uma bolsa de iniciação de pesquisa via o edital Prodoutor (2018). Por fim, agradecemos a todos os entrevistados que contribuíram com essa pesquisa, em especial, os atores vinculados ao Estado e às comunidades tradicionais.

Referências

- Abdala, Guilherme, Saraiva, Nicholas, & Wesley, Fábio. (2012). *Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu*. Vols. I e II - Diagnóstico da Unidade de Conservação. ICMBio.
- Allegretti, Mary Helena. (2002). *A construção social de políticas ambientais. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental). Universidade de Brasília.
- Almeida, Mauro William B. de. (2004). Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55), 33-52. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200003>
- Arnt, Ricardo A. (1994). Seria mais prático ladrilhar? (Prefácio). In A. B. Anderson, R. Arnt, & Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais (orgs). *O destino da floresta* (pp. 7-13). Relume Dumará.
- Avritzer, Leonardo. (2008). Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Revista Opinião Pública*, 14(1), 43-64. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000100002>
- Borges, Rebecca, Breckwoldt, Annette, Barboza, Roberta S. L., & Glaser, Marion. (2021). Local perceptions of spatial management indicate challenges and opportunities for effective zoning of sustainable-use protected areas in Brazil. *Anthropocene Coasts*, 4(1), 210-232. <https://dx.doi.org/10.1139/anc-2020-0008>
- Borges, Rebecca, Eyzaguirre, Indira, Barboza, Roberta S. L., Glaser, Marion. (2020). Systematic review of spatial planning and marine protected areas: A Brazilian perspective. *Front. Mar. Sci.* 7, 499. <https://doi.org/10.3389/fmars.2020.00499>
- Brasil, Ministério do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2018). Portaria nº 978, de 21 de novembro de 2018. Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Bragança, como um arranjo organizacional, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio, no estado do Pará (processo SEI n. 02070.006625/2018-14). 2018. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51521251/do1-2018-11-23-portaria-n-978-de-21-de-novembro-de-2018-51521206
- Brasil. Decreto n 4340 de 22 de agosto de 2002. (Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências). Disponível em <http://www.senado.gov.br/sicon>. Acesso em 20.09.2021.

- Domingues, Denis. (2008). Análise do conhecimento ecológico local e do sistema produtivo como subsídio para gerar instrumentos de gestão da atividade de exploração do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus* Linneaus, 1763) nos manguezais da reserva extrativista marinha Caeté-Taperaçú, Bragança-PA. Dissertação. (Mestrado em Biologia Ambiental), Universidade Federal do Pará.
- Duarte, Rosália. (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de pesquisa*, (115), 139-154.
- Fernandes, Marcus E. B. (org.). (2005). Os manguezais da Costa Norte brasileira. Vol 2. Fundação Rio Bacanga.
- Glaser, Marion. (2005). Inter-relações entre o ecossistema manguezal, a economia local e a sustentabilidade social no estuário do Caeté, Norte do Brasil. In M. Glaser, N. Cabral, & A. L. Ribeiro. (orgs.). *Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal*. NUMA/UFPA.
- Gohn, Maria da Glória. (2011). *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. Cortez.
- IBGE. (2010). Censo demográfico 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 30/10/2012.
- Kasanoski, Daniesse S. (2016). *Bolsa Verde: benefício social e incentivo à conservação ambiental. O papel do Programa Bolsa Verde como instrumento de conservação ambiental*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília.
- Lascoumes, Pierre, & Le Galès, Patrick. (2012). *Sociologia da ação pública*. EDUFAL.
- Leite Lopes, José Sérgio. (2006). Sobre processos de “ambientalização” de conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, 12(25), 31-64. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100003>
- Maneschky, Maria Cristina A. Sócio-economia: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais. In: M. E. B. Fernandes (org.). *Os manguezais da Costa Norte Brasileira* (pp. 135-164) Fundação Rio Bacanga.
- Maneschky, Maria Cristina. (1995). *Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada*. UFPA.
- Manzini, Eduardo José. (2012). Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em Educação. *Revista Percurso – NEMO*, 4(2), 149-171.
- Mello, Alex F. de. (1985). *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Ed. da UFPA.

- Minayo, Maria Cecília de S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Narahara, Karine L. (2014). Para evitar questão: a elaboração do plano de utilização em uma reserva extrativista. In: N. Esterci, H.A. de Sant'Ana Júnior, & M.J. Teisserenc. (orgs). *Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira*. 7 Letras.
- Nascimento, Josinaldo R. (2021). Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas reservas extrativistas marinhas do nordeste do estado do Pará. Tese. (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo.
- Nascimento, Wilson R., Souza-Filho, Pedro W., Proisy, M. Christophe, Lucas, Richard M., & Rosenqvist, Ake. (2013). Mapping changes in the largest continuous Amazonian mangrove belt using object-based classification of multisensor satellite imagery. *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, 117, 83-93.
- Oliveira, Marcelo do V. (2013) *Trabalho e territorialidade no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança-Pará*. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental), Universidade Federal do Pará, Bragança, PA.
- Oliveira, Marcelo do V. (2018). Plano de manejo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu: produção compartilhada de uma ação pública em um território em recomposição. Tese. (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Pará.
- Oliveira, Marcelo do V., & Maneschy, Maria Cristina A. (2014). Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 9(1), 129-143. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222014000100009>
- Partelow, Stefan, Glaser, Marion, Solano-Arce, Sofia, Barboza, Roberta S. L., & Schlüter, Aim. (2018). Mangroves, fishers, and the struggle for adaptive comanagement: applying the social-ecological systems framework to a marine extractive reserve (RESEX) in Brazil. *Ecology and Society*, 23(3), art. 19. <https://doi.org/10.5751/ES-10269-230319>
- Silva Junior, Sebastião R. da. (2013). Participação e relações de poder no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança-PA. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará.
- Souza Filho, Pedro Walfir M. (2005). Costa de manguezais de macromaré da Amazônia: cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos. *Revista Brasileira de Geofísica*, 23(4), 427-435. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0102-261X2005000400006>

Teisserenc, Pierre, & Teisserenc, Maria José da S. A. (2014). Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais. *Sociologia & Antropologia*, 4(1), 97-125. <https://doi.org/10.1590/2238-38752014v415>

Recebido em: 24 fev. 2023.
Aceite final em: 17 abr. 2025.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)